

*A guerra que era para ser breve**

GERALDO ANTONIO SOARES**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: A Primeira Guerra Mundial se prolongou por mais de quatro anos quando se esperava, em seu início, que ela se restringiria aos Bálcãs, onde começou com o atentado ao herdeiro do trono da monarquia austro-húngara e à sua mulher no dia 28 de junho de 1914, e que até o Natal daquele ano ela teria terminado. Foi uma guerra com causas difíceis de serem elucidadas e de consequências duradouras. Podemos apontar o nacionalismo e falhas na diplomacia entre suas causas e a ascensão do fascismo italiano, do nazismo e do comunismo soviético entre suas consequências, embora a explicação destes fenômenos e acontecimentos não se esgote em sua relação com a guerra. O longo sofrimento nas trincheiras e os combates diretos marcaram os combatentes. Todos os países envolvidos passaram por agitações sociais e muitos, por revoluções ao seu final.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Trincheiras; História Contemporânea.

Abstract: World War I lasted more than four years, contradicting both, the expectation that it would end by the Christmas of 1914, and that it would be constrained to the Balkans, where it was triggered by the assassination of the heir to the throne of Austria-Hungary and his wife on 28th June, 1914. The causes of this war are difficult to pin down and its consequences, long

* Artigo submetido à avaliação em 23 de outubro de 2014 e aprovado para publicação em 22 de novembro de 2014.

** Doutor em História pela *École des hautes études en sciences sociales* - EHESS – Paris; Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo; geraldosoares12@gmail.com

lasting. As causes, we can point out nationalism and diplomatic miscalculation, and as consequences, the rise of Italian fascism, Nazism and Soviet Communism, even though the explanation to these historical events cannot be only accounted for in terms of the war. The long lasting suffering in the trenches and the direct combats marked combatants deeply. At the end of the war, all the countries involved faced social unrest and many, revolutions.

Keywords: First World War; Trenches; Contemporary History.

Em 1898 o banqueiro e empresário ferroviário polonês Jan Gotlib Bloch (1836- 1901), conhecido em russo como Ivan Stanislavovich Bloch, publicou em Paris um livro intitulado *La guerre future* [A guerra futura]. Ivan S. Bloch nasceu judeu e se converteu ao calvinismo. Depois de ter estudado na Universidade de Berlim, se mudou para São Petersburgo, então capital do império russo. Em 1877 foi nomeado membro do comitê científico do ministério das finanças russo. Em seu livro previa que com o desenvolvimento dos armamentos e das tecnologias militares que ocorreram naquele final de século as guerras travadas com estas novas armas não poderiam se prolongar. As batalhas seriam transformadas rapidamente em impasses sangrentos e o custo de se manter grandes exércitos nos campos de batalha seria tão proibitivo que as economias dos países beligerantes seriam sobrecarregadas pelo esforço de guerra a ponto de levar suas populações a agitações sociais que se transformariam em revoluções por toda parte.

O livro previa com tanta precisão o curso e as consequências da Primeira Guerra que muitos historiadores se perguntam sobre as razões dele não ter recebido maiores atenções à época em que foi escrito. Mas nem todos o ignoraram. Depois de ter recebido Ivan Bloch em agosto de 1898, o czar Nicolau II chegou a propor uma conferência internacional para discutir a paz e o desarmamento. Na carta aberta em que propunha tal conferência o czar dizia que as nações estavam construindo terríveis máquinas de destruição que iriam transformar a paz armada num fardo esmagador para todas as nações e

que, se tal situação fosse prolongada, de modo inevitável levaria exatamente à catástrofe que pretendia evitar (CARTER, 2013, p. 272).

Em 28 de junho de 1914 o herdeiro do trono da monarquia austro-húngara, o arquiduque Francisco Ferdinando e sua mulher Sofia foram assassinados em Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina, um protetorado da Áustria desde 1908 em que havia muitos sérvios. Quem cometeu o atentado foi Gavrilo Princip, um jovem de 19 anos ligado ao grupo terrorista sérvio Mão Negra que era treinado e apoiado por elementos do exército sérvio. A partir deste acontecimento menor ocorrido nos Bálcãs, na periferia da Europa, a guerra tem início com a declaração de guerra pela Áustria contra a Sérvia em 28 de julho de 1914. Em agosto a guerra se alastra pela Europa envolvendo países como Bélgica, Alemanha, França, Rússia e Grã-Bretanha.

O historiador inglês Eric Hobsbawm (1995, p. 37) chama a atenção para o fato de que se um dos grandes ministros ou diplomatas do passado, um Tayllerand ou um Bismarck, se levantasse da cova para observar a Primeira Guerra Mundial certamente se perguntaria por que estadistas sensatos não tinham decidido resolver a guerra por meio de algum acordo antes que ela destruísse o mundo de 1914 e acrescenta que é o que nós também devemos perguntar-nos. Diríamos que não só um acordo para cessar a guerra, mas principalmente um acordo para evitá-la. Outro historiador inglês, Michael Howard (2011, p. 21), tratando das mesmas indagações sobre as origens da Primeira Guerra, recupera as ideias de um clássico do pensamento sobre as guerras, o general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) que, em sua obra intitulada *Da guerra*, escrita em sua maior parte após as guerras napoleônicas entre 1816 e 1830 e publicada postumamente em 1832, dizia que as guerras podiam ser explicadas por três fatores: a política do governo, as atividades dos militares e as paixões dos povos.

Ao considerarmos a situação das principais nações europeias que se envolveram desde o início no conflito, temos a Alemanha como a nação mais dinâmica da Europa em termos econômicos, combinando esta modernidade com grande diversidade social e regional e um notável arcaísmo político. A Alemanha já ultrapassara a Inglaterra na produção de carvão e aço e estava revolucionando sua produção com inovações ligadas à química e a

eletricidade. No leste predominava os conservadores agrários, os *junkers* com suas grandes propriedades, no norte e no oeste os industriais, no sul os fazendeiros católico-romanos bávaros e nos vales do Reno e do Ruhr classes operárias industriais com suas lideranças ligadas ao partido Social-Democrata que já se tornara o maior partido no *Reichstag* em 1914. A partir da unificação alemã em 1871, o sistema político alemão previa que o orçamento seria votado pelo *Reichstag*, mas o governo seria nomeado pelo monarca e a ele prestaria contas. O chanceler fazia a intermediação entre o parlamento e o kaiser. Enquanto Bismarck ocupou o cargo, sua habilidade política fez com que esta função tivesse a maior importância, mas desde que foi destituído pelo kaiser Guilherme II em 1890 este cargo passou a ser eclipsado pelo próprio kaiser com suas tendências de centralizar o poder e de aproximar-se dos militares. Como assinala M. Howard (2011, p. 29), dado o papel central desempenhado pela Alemanha na Primeira Guerra, os próprios alemães e o mundo tiveram a infelicidade de encontrar em Guilherme II uma personalidade extremamente complicada, marcada por “um militarismo arcaico, uma ambição desmedida e uma insegurança neurótica”.

Apesar da crescente importância da Alemanha e dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha ainda era uma grande potência e detinha o maior império que o mundo já conheceu. No entanto era fortemente dependente do comércio mundial para obter suas riquezas e para suprir-se de alimentos. Qualquer ameaça à supremacia de sua Marinha Real representava uma grande preocupação para seus governantes e era algo que dominava suas relações com outras potências. Quanto à França, até 1815 sua principal rival era a Grã-Bretanha, mas no século XIX sua situação era de declínio já que não passara por uma revolução industrial como a que ocorrera na Grã-Bretanha e que estava ocorrendo na Alemanha. A derrota de 1871 para a Alemanha e as consequentes anexações das regiões da Alsácia e da Lorena fizeram com que a França procurasse um novo aliado – a Rússia. O império russo por sua vez passara na década de 1890 por um incipiente processo de industrialização baseado na construção ferroviária financiada principalmente por capitais franceses. Esta modernização econômica, no entanto, não foi acompanhada por qualquer modernização política significativa. O império possuía uma

enorme população camponesa que apenas recentemente, em 1861, fora resgatada da servidão com abolição da mesma pelo czar Alexandre II. Os czares russos ainda exerciam um absolutismo que a Europa ocidental não mais conhecia e quaisquer demandas de reformas políticas eram brutalmente reprimidas. Mesmo a modesta modernização econômica que ocorria estava muita das vezes na origem de um temor de perda de controle político.

Entre o atentado de Sarajevo e as decisões de mobilização geral dos exércitos no mês de julho de 1914 teria sido possível evitar a guerra, mas ninguém se empenhou devidamente nisso. Seja qual a for a dose de responsabilidade que atribuamos seja ao império Austro-Húngaro, à Alemanha ou à coalizão formada pela Grã-Bretanha, França e Rússia, o fato é de que nenhuma das grandes potências se empenhou o suficiente para evitar uma guerra que o ultimato da Áustria a Servia tornara provável, mas não inevitável. No desencadear da guerra temos o que podemos qualificar como um déficit diplomático, uma dificuldade das chancelarias de resolver com rapidez questões e impasses que poderiam ser resolvidos, mas que não o foram. Basta lembrar que a Sérvia havia aceitado as condições do ultimato da Áustria, mas esta última, tendo conseguido o apoio da Alemanha, usa a ocasião para acertar as contas com a Sérvia e declara guerra a ela. Se as deficiências, as hesitações e a morosidade da diplomacia estão na origem da guerra, uma questão mais de fundo também tem grande responsabilidade no desencadear da tragédia, qual seja o consentimento dos povos que era tido como certo pelos poderes públicos. Pode nos parecer estranho, mas a guerra em seu início foi popular e apenas perdeu este apoio das opiniões públicas na medida em que se prolongava com o cortejo de sofrimento e morte que a acompanhava. O historiador francês François Furet (1995, p. 61) é preciso ao afirmar que, “provocada por um atentado nacionalista, a guerra de 1914 começa como uma guerra de nacionalidades, levando ao ponto de incandescência as paixões coletivas que preencheram o século anterior. Os Estados e os povos que nela entraram investem não só seu poder e sua glória, mas também o preconceito de sua posição e de sua história”.

Se no mundo rural a guerra e o recrutamento eram encarados com certa resignação por camponeses que tinham de deixar suas terras aos

cuidados dos idosos, mulheres e crianças, nas cidades o apoio à guerra era grande. Como assinala M. Howard (2011, p. 47), depois de um século em que autoconsciência nacional fora inculcada por programas educacionais que visavam formar cidadãos leais e obedientes, era natural que a guerra agora fosse vista como uma questão nacional, já que “à medida que as sociedades se tornavam cada vez mais seculares, o conceito de nação, com toda sua panóplia e herança militar, adquiria uma significação quase religiosa”.

Recordando-se de 1914, época em que era estudante, o francês Robert Poustis diz que quando criança, na escola ou em família, falava-se sempre das províncias perdidas – a Ausácia-Lorena –, que haviam sido tomadas pela Alemanha depois da guerra de 1870 e do desejo de seus compatriotas de retomá-las. Diz ainda que na escola essas províncias eram assinaladas com uma cor especial em todos os mapas, como se os franceses estivessem de luto por sua perda. Conclui que

nos primeiros dias da mobilização militar, houve muito entusiasmo. Todos gritavam, ávidos por tomar o caminho da frente de batalha. Os carros e os vagões de trem carregados de soldados estavam cheios de bandeiras tricolores: ‘Para Berlim, para Berlim’. Queríamos ir para Berlim imediatamente, com baionetas, espadas e lanças, e arremeter contra os alemães. A guerra, pensávamos, duraria no máximo dois meses ou talvez uns três (*Voixes esquecidas...*, 2011, p. 23).

Do lado alemão, o entusiasmo era parecido conforme nos diz Heinrich Beutow, também ele estudante em 1914:

Evidentemente minhas lembranças são as de uma criança. Eu estava em uma pequena praça-forte alemã em 1914 e me lembro muito bem do enorme entusiasmo. Nós, alunos, estávamos imbuídos de grande patriotismo quando a guerra estourou. Meu pai era um oficial de infantaria da ativa, e nunca vou me esquecer do dia em que eles partiram marchando para os trens. Todos os soldados estavam cobertos de flores, e não havia arma

que não as ostentasse. Acho que até os cavalos estavam enfeitados. E é claro que muitas pessoas os seguiam. Bandas tocavam, bandeiras eram agitadas em um ambiente tomado pela inabalável convicção de que a Alemanha iniciaria os combates de fato e venceria a guerra muito facilmente (*Vozes esquecidas...*, 2011, p. 37).

Como lembra François Furet, se a guerra tem entre suas origens a competição entre as grandes potências por mercados e colônias, ela só é aceita pelos povos por razões de uma outra ordem, nacionais ou mesmo nacionalistas, extraídas de um fundo mais antigo. Em toda a parte, a ideia dominante entre os que partem para a guerra é a de servir à comunidade nacional. Segundo este historiador, esta ideia assume formas diversas, e intensidades diferentes, conforme as situações e as ancoragens que encontra ou inventa: vinculada à Alsácia-Lorena entre os franceses, ao hábito de preponderância entre os ingleses, ao dinamismo de uma desforra sobre o passado entre os alemães, ou ainda à espera de uma emancipação coletiva entre as pequenas nações sem Estado. A guerra “constitui através da Europa inteira um plebiscito dessa invenção europeia por excelência que é a nação”. Um plebiscito tranquilo na medida em que no momento em que a guerra começa, “a pertença nacional permanece sendo o sentimento mais bem partilhado da humanidade europeia: sentimento que não é necessariamente belicista, embora possa sê-lo, mas levando, em todo o caso, ao consentimento dado de antemão à guerra, contanto que esta tenha um objetivo inteligível para todos” (FURET, 1995, p. 53).

Ao contrário da Segunda Guerra Mundial, da qual temos uma melhor compreensão das causas e conseqüências, estando exatamente a Primeira Guerra entre as suas causas e a preocupação em se evitar os erros e equívocos que redundaram na crise do entre guerras como uma de suas maiores conseqüências, em relação à Primeira Guerra temos uma dificuldade grande em termos claro suas causas, embora tenhamos uma tendência quase automática – e equivocada – de vermos como sua conseqüência inevitável o ter ocasionado a Segunda Guerra. François Furet se pergunta se a Europa de antes da guerra é realmente a Europa de onde saiu a guerra na medida em

que ela aparece como um mundo tão civilizado e homogêneo, comparado ao resto do universo, que o conflito desencadeado pelo assassinio de Sarajevo assume quase um ar absurdo. Acrescenta que se tratando de uma guerra civil travada por Estados soberanos em nome de paixões nacionais, desencadeada por um acidente, num mundo de sentimentos e ideias para sempre desaparecido de nossas memórias, a Primeira Guerra, na medida em que efetua uma formidável ruptura com o que a precede, continua sendo um dos acontecimentos mais enigmáticos da história moderna, possuindo este traço excepcional de certos eventos, de não serem mais que uma origem. Conclui Furet que

a guerra de 1914 mudou completamente a vida da Europa, fronteiras, regimes, disposições de espírito, costumes até. Ela agiu tão profundamente na mais brilhante das civilizações modernas que não deixa intacto nenhum de seus elementos. Ela marca o início de seu declínio como centro da potência do mundo, ao mesmo tempo que inaugura este século feroz de que estamos saindo, repleto de violência suicida de suas nações e de seus regimes (1995, p. 33).

As razões que levaram os governos a entrarem em uma guerra que a princípio poderia ter sido evitada, no entanto não são tão obscuras e incompreensíveis como podem nos parecer à primeira vista. Michael Howard (2011, p. 48) nos oferece uma boa síntese destas razões nos seguintes termos: Os austríacos estavam lutando para preservar o seu império multinacional histórico contra a desintegração provocada pela sua antiga adversária Rússia. Os russos estavam lutando para seus amigos e parentes eslavos, para defender sua honra nacional e para cumprir suas obrigações com a aliada França. Os franceses estavam lutando para se defender de uma agressão totalmente gratuita de seu inimigo tradicional. Os britânicos estavam lutando para preservar a lei das nações e prevenir a maior ameaça vinda do continente que já tinham enfrentado desde Napoleão. Os alemães estavam lutando em nome do único aliado que lhes restava, e também para repelir

uma ameaça eslava do leste que se unira a seus invejosos rivais no oeste para asfixiar sua legítima emergência como potência mundial.

Considerando as razões acima, podemos melhor nos situar em relação ao paradoxo apontado pelo próprio Howard (2011, p. 44) de que “não havia certamente lógica na decisão do Estado-Maior alemão de, para apoiar os austríacos num conflito com a Rússia por causa da Sérvia, atacar a França, que não tinha parte na briga, e realizar este ataque invadindo a Bélgica, cujo status neutro tinha sido garantido por um tratado de 1831 que tanto a Alemanha como a Grã-Bretanha haviam assinado”.

Ingressa-se então em uma guerra que tende a atingir a todos. Ela envolve milhões de homens por quatro longos anos sem qualquer intervalo sazonal como os que eram comuns nas campanhas anteriores. Da guerra participaram mais de 60 milhões de soldados, nela morreram em torno de 9 milhões de pessoas. Produziu ainda em torno de 20 milhões de feridos. Se a compararmos com as campanhas napoleônicas, aquelas podiam ser ainda classificadas como campanhas ou guerras aristocráticas, o que definitivamente não é o caso da Primeira Guerra. Como observa F. Furet (1995, p. 51), “ela feriu a todos, e isto a tal ponto de que existem poucos pais de famílias que nela não tenham perdido um pai ou um filho. Àqueles que sobreviveram, ela deixou recordações inesquecíveis, destinadas a obcecar suas atividades de cidadãos nos anos seguintes”. Estas marcas que deixou nas famílias, na memória e no corpo de cada um fazem com que para os contemporâneos ela tenha sido sempre lembrada como a Grande Guerra.

Já em setembro de 1914 os alemães, em seu avanço em direção a Paris se encontravam esgotados e impossibilitados de impor derrotas decisivas aos franceses. Cavaram então trincheiras no oeste da França, a noroeste de Paris, na região ou departamento de Aisne, entre Soissons e Reims, e ali se instalaram com sua artilharia pesada. Era o fim da guerra de movimento e o início da guerra de trincheiras. Neste front e nestes buracos os soldados passavam seus dias convivendo com ratos, piolhos, lama e com a artilharia inimiga desde esta época até o final da guerra em 1918. Essas trincheiras, acrescidas de fortificações defensivas, foram construídas em paralelo pelos dois lados em combate e eram separadas por uma faixa de

terra que chamavam “terra de ninguém”. As trincheiras no front ocidental se entendiam da costa do Canal da Mancha, na região de Flandres, até a fronteira da Suíça, perfazendo mais de 600 km.

De acordo com o depoimento do Capitão Maberly Esler, do Real Grupamento de Médicos de Campanha do Exército Britânico, pelo menos no caso de seu batalhão, quem combatia nas trincheiras ficava alternadamente quinze dias ali e quinze dias em um povoado a uns cinco quilômetros de distância (*Vozes esquecidas...*, 2011, p. 352).

O dia a dia e as batalhas a partir dessas trincheiras são bem descritos por Eric Hobsbawm (1995, p. 33) da seguinte forma: milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como – e com – ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia forçavam o inimigo a se recolher dentro daqueles buracos, até que no momento certo levadas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegidos por rolos e teias de arame farpado, avançando por um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, sob o fogo de metralhadoras, que os ceifavam como eles sabiam que aconteceria. Acrescenta que a tentativa alemã de romper a barreira de Verdun, entre fevereiro e julho de 1916, foi uma batalha de 2 milhões de homens, com 1 milhão de baixas, e fracassou. A ofensiva dos britânicos no Somme, destinada a forçar os alemães a suspender a ofensiva de Verdun, custou à Grã-Bretanha 420 mil mortos, sendo 60 mil no primeiro dia de ataque. Em março de 1918, depois de transferir muitas de suas divisões da Rússia para o front ocidental, os alemães tinham avançado 24 quilômetros nos campos de batalha no Somme, o maior avanço no front ocidental desde 1914 (*Vozes esquecidas...*, 2011, p. 327). François Furet por sua vez nos fala desta interminável frente de batalha, de trincheira em trincheira, nas quais se produzem 30 mil mortes para avançar 200 metros (1995, p. 53).

Um tenente do 1/5º Batalhão, Regimento de Infantaria de Warwickshire, Charles Carrington, recorda-se de sua experiência nas batalhas na França durante o ano de 1917:

O barulho das explosões ia ficando cada vez mais intenso até que, a certa altura, seus nervos não aguentavam mais. De um momento para o outro, em questão de segundos, você chegava à conclusão de que o próximo que estava vindo era para você. Nós nos atirávamos, portanto, na lama e nos encolhíamos o mais possível no fundo do buraco. Todos os outros em volta faziam o mesmo.

Às vezes você calculava mal e via que não era uma bomba que cairia na sua posição, pois passava direto e caía sobre outros a uns 400 metros de distância. Quando o projétil vinha, podia cair na lama e explodir com um estrondo demolidor. Os estilhaços mortais eram arremetidos em todas as direções e podiam cair a 50 metros do local de impacto. Chegávamos a ver um desses fragmentos de aço candente e recortado com mais de 200 gramas vindo na direção de seu buraco de bomba (*Vozes esquecidas...*, 2011, p. 300).

O sargento Stefan Westmann, da 29ª Divisão de Infantaria do Exército Alemão, descreve o momento em que enfrentou um cabo francês em uma batalha na França em janeiro de 1915. Encontrou seu oponente com a baioneta em posição de ataque, tal como ele mesmo, no entanto, foi mais rápido, desviou-lhe o fuzil e enfiou a baioneta em seu peito. O cabo francês caiu, pondo a mão no local do ferimento e a seguir o sargento alemão lhe deu outra estocada, o sangue jorrou-lhe pela boca e ele morreu. Recorda-se que quase vomitou e seus joelhos tremiam enquanto seus colegas lhe perguntaram sobre o que havia com ele. Eles ficaram absolutamente impassíveis perante o acontecido e, no entanto, eram pessoas comuns, como ele, e que nunca teriam pensado em ferir alguém antes da guerra, o que o leva a se perguntar:

Por que nós soldados desferíamos estocadas uns nos outros, estrangulávamos uns aos outros, nos lançávamos uns contra os outros como cães loucos? Por que, se não tínhamos nada uns contra os outros do ponto de vista pessoal, lutávamos uns contra os outros até a morte?

Afinal, éramos pessoas civilizadas, mas vi que o tênue verniz de civilização que ambos os lados tinham tanto se desfez rapidamente. Atirar uns nos outros de certa distância, lançar bombas, é algo que não nos toca pessoalmente, mas, ver o branco dos olhos de um homem depois de enfiar a baioneta nele, isso contrariava minha ideia de civilização (*Vozes esquecidas...*, 2011, p. 100-101).

O grande historiador francês Marc Bloch, ele mesmo um combatente nestas batalhas no início da guerra, nos dá, em suas memórias de guerra entre os anos de 1914 e 1915, o retrato de um campo de batalha no dia 11 de setembro de 1914, após uma vitória francesa na batalha do Marne entre os dias 6 e 9 de setembro, batalha na qual ele havia participado:

Equipes de soldados recolhiam os últimos feridos, franceses e alemães, e enterravam os mortos. Muitos cadáveres permaneciam ainda espalhados pelo chão. Pobres corpos que caíram em plena fadiga, seus músculos se contraíram como em um último esforço. Os mortos dos grandes combates não conhecem a majestade do eterno repouso. Um odor infecto fazia bater mais forte o coração. O solo estava cheio de destroços de todos os tipos, armas, equipamentos, fragmentos humanos. Vi uma perna que, separada do corpo que ela havia sustentado e lançada longe dele, permanecia isolada e quase ridícula em seu horror (BLOCH, 2006, p. 130).

Em torno de 20 de dezembro de 1914, Marc Bloch recebe no vilarejo de Vienne-le-Chateau, no qual as tropas francesas estavam estacionadas, em torno da meia noite, da parte de um capitão, a notícia de que seu batalhão deveria partir na madrugada, por volta de quatro horas da manhã para ocupar as trincheiras de segunda linha entre Vienne e La Harazée e atacar o inimigo. De manhã foram comunicados da ordem do dia do general Joffre na qual ele anunciava a ofensiva destinada a liberar definitivamente o território. No entanto, durante todo o dia seus canhões troavam. A artilharia inimiga respondia fracamente. A noite ele e o capitão, sentados à entrada de seu

abrigo comum, observam a leste os clarões distantes do que parecia ser uma violenta batalha. Depois receberam a ordem de retornar ao local de onde partiram e não ouviram mais falar de ofensiva. Marc Bloch começa seu relato deste dia dizendo que ele começou por uma grande notícia que foi logo seguida de uma também frustração. Os soldados haviam recebido a notícia da ofensiva com uma grande alegria. Mas como, se estes combates eram tão mortíferos? A resposta era de que os dias intermináveis nas trincheiras eram piores: “a guerra de trincheiras nos parecia tão lenta, tão morna, de tal forma cansativa e desgastante para os corpos e o espírito que mesmo os menos corajosos recebiam com grande alegria a promessa de uma marcha adiante”. (BLOCH, 2006, p. 155)

Marc Bloch chama este período de sua vida nas trincheiras de época da lama e o descreve nos seguintes termos (2006, p. 156):

Chovia frequentemente. No solo impermeável, quase plano e sem ondulações, a água não podia se infiltrar e nem escorrer. Nossas trincheiras serviam de canais. Depois da cada pancada de chuva retirávamos nossa água. Os alemães em face faziam o mesmo, o que nos consolava um pouco. As paredes das trincheiras desmoronavam. Era sempre necessário consolidar, limpar os detritos, fixar novas escoras e pranchas, cavar de novo. Estes trabalhos incessantes esgotavam os homens. A argila prendia-se em suas pás, colava-se em suas mãos. Uma vez meu abrigo, afetado pelas chuvas, desmoronou. Por sorte, tendo percebido que ele estava ameaçado, eu o tinha prudentemente abandonado. Nós não sentíamos jamais muito frio. Mas a umidade persistente nos incomodava mais cruelmente que o teria feito uma temperatura rigorosa. Nossas roupas permaneciam encharcadas durante longas jornadas. Nossos pés ficavam gelados. A neve tenaz colava nas solas dos calçados, a nossos uniformes, às nossas roupas íntimas, formava uma fina camada em nossas peles, sujava nossos alimentos, ameaçava entupir os canos dos fuzis e bloquear os gatilhos. Os despertares eram terríveis. Eles aconteciam à noite e em noites muito escuras. Deslizávamo-nos por

um solo impregnado de água. Os buracos de obus, as trincheiras abandonadas que os desmoronamentos haviam entupido somente pela metade formavam igualmente armadilhas escondidas no escuro.

Outro grande sofrimento do qual padeciam os soldados eram os ataques com utilização de bombas de gás mostarda. O capitão J. C. Hill, da Companhia Especial de Gás, Engenheiros Reais, recorda-se dos efeitos desta nova arma nas batalhas de Ypres, em 1917, e do quanto ela era letal:

Alguns soldados ficavam cegos, ao passo que outros sufocavam – centenas tiveram de abandonar a linha. Por sorte, uma ou duas dessas bombas não explodiram, uma das quais peguei e levei para o centro de pesquisa. No entanto, nosso melhor químico levou semanas para descobrir o que era aquela nova substância. Um temível líquido oleoso com o nome de dichlorodiethylsulphide, que evaporava muito lentamente. Como tinha ainda um cheiro fraco, os soldados tendiam a não se dar conta da presença dele na atmosfera, mas, quando finalmente sentiam os olhos arder, era tarde demais. Se atingisse a sola de suas botas, atravessava-a e queimava os pés deles. E, se de alguma forma, elas ficassem impregnadas com esse gás e eles entrassem em um alojamento ou abrigo e dormissem lá, todos ali dentro seriam afetados também (*Vozes esquecidas*, 2011, p. 279).

O gás mostarda penetra com facilidade nas roupas, nas solas dos sapatos e na pele. A princípio nada se percebe, mas, passadas duas horas de contato com o gás, a pele começa a ficar avermelhada e, depois de oito ou nove horas, começa a inchar. Depois de um dia, surgem numerosas massas de bolhas, que acabam formando grandes feridas. Essas feridas são de difícil cicatrização e afetam sobretudo os olhos, o nariz e a boca. Nos casos piores, podem levar à sepsia e à morte, mas em geral os pacientes se recuperam depois de seis semanas sob cuidados médicos e hospitalares (ENGLUND, 2014, p. 444).

Em 3 de abril de 1915, Harvey Cushing, cirurgião do Exército americano, tece considerações pessoais em uma lista de casos interessantes que elaborava em um hospital militar de Paris. Em certo momento escreve que na hora do almoço uma enfermeira lhe diz que alguns dias atrás viu um veterano de guerra de 1870-71, sem as pernas, apoiar-se em suas muletas para fazer uma reverência para um homem 45 anos mais jovem que ele, uma das vítimas do atual conflito, também sem as pernas. Acrescenta que na tarde do mesmo dia fez uma visita ao departamento de cirurgias dentárias e ficou muito impressionado com os métodos novos, engenhosos e efetivos desenvolvidos ali na adaptação de dentes à mandíbula de indivíduos que tiveram grandes porções de seus rostos destruídos (ENGLUND, 2014, p. 93).

A guerra e seus traumas não ficavam apenas nas mentes e lembranças dos que lutaram nela. Ela também marcava para o resto de suas vidas seus corpos:

O fenômeno dos rostos mutilados ocorreu em todos os países que participaram da guerra. Em muitos casos, as vítimas viviam isoladas – por vontade própria, em sua maioria – em hospitais escondidos, onde permaneciam até a morte. Na França, 9.900 homens de rosto mutilado se reuniram depois da guerra em um evento para os veteranos (ENGLUND, 2014, p. 215).

Em 16 de abril de 1917, o novo comandante-em-chefe francês, general Neville, lançou uma grande ofensiva contra os alemães no Chemin des Dames. Ele apostou todas as forças em uma rápida ruptura das linhas inimigas, mas a operação fracassou. Em 29 de abril estouraram os primeiros motins no exército francês. Nas poucas semanas seguintes, 68 das 112 divisões francesas enviaram relatórios falando de atos de insubordinação coletiva, basicamente recusa em participar de combates. Soldados se recusavam em voltar para a linha de frente ou atacar. O marechal Pétain foi nomeado chefe do Estado-Maior Geral e restaurou a ordem, mas ficou claro

que os soldados franceses estavam esgotados com a guerra. (*Vozes esquecidas...*, 2011, p. 252)

Terminada a guerra, esses soldados, e não só eles, mas também suas famílias, essas multidões que de uma forma ou de outra dela participaram, se interrogam sobre o seu sentido. Tendem a transformar o longo sofrimento em cólera. Como assinala François Furet (1995, p. 70-71):

Eles sacrificaram tudo a essa imensa máquina que é a guerra moderna: ela ceifou milhões de vidas humanas na flor da idade; deixou povos amputados e nações viúvas. Seu caráter interminável deveu-se ao equilíbrio de forças, somado à potência das armas, ao enterramento dos soldados nas trincheiras, ao caráter ao mesmo tempo mortífero e insignificante dos avanços e recuos. [...] Os sobreviventes, quando finalmente se calam os canhões, voltam-se para esses anos de pesadelo para avaliarem o seu sentido e avaliarem o papel dos governos. A política retoma seus direitos, carregando o peso da interrogação unânime sobre a violência e a duração desse massacre imóvel.

Uma nova época se abre para a Europa e para o mundo. A guerra colocou de novo a ideia de revolução na ordem do dia. Se com todos os avanços da democracia em sua constituição ao longo do século XIX não se conseguiu evitar a catástrofe da guerra naquele início de século XX, as posições mais radicais que apregoavam uma pretensa solução radical para os impasses da democracia parlamentar encontraram um campo muito propício. Se entendermos a revolução como uma transformação radical, uma reconstrução de uma nova sociedade a partir dos escombros da antiga, tanto os movimentos revolucionários de esquerda e, o que é mais digno de nota por sua novidade, de direita, se apresentam como uma alternativa tanto para estas massas do pós-guerra como também para muitos intelectuais. O bolchevismo russo, o fascismo italiano e o nazismo na Alemanha podem e devem ser vistos como movimentos e revoluções com sua origem na guerra ou, nos termos de F. Furet (1995, p. 32), a própria cronologia de seu

surgimento revelam que o bolchevismo e o fascismo são filhos da Primeira Guerra: apesar do fato de Lênin ter preparado suas concepções políticas já no início do século e que muitos dos elementos que formarão, depois de articulados, a ideologia fascista, preexistirem à guerra, de qualquer modo, o Partido Bolchevique toma o poder em 1917, graças à guerra, e Mussolini e Hitler constituem seus partidos nos anos que se seguem imediatamente a 1918, como respostas à crise nacional produzida pelo resultado do conflito.

Mesmo em termos geopolíticos a Europa sai ainda mais fragilizada depois da guerra que em seu início como salienta F. Furet (1995, p. 75):

Das quatro potências que dividiam, no século XIX, o além-Reno – o Império Otomano, a Rússia, a Áustria-Hungria e a Alemanha – só subsiste uma, a Alemanha, vencida, desqualificada pela derrota e, no entanto, fortalecida a longo prazo pelo desaparecimento de seus antigos rivais e pela fraqueza de seus novos vizinhos. A França, que se tornou a principal potência militar do continente só aparentemente dispõe dos recursos dessa preponderância provisória. Os ingleses, aliás, lhe recusam isso. A América voltou para casa. Tudo condena essa Europa à fragilidade, mesmo do lado das nações vitoriosas. Que dizer, então, das outras?

Na Alemanha começaram a se produzir significativas agitações sociais. Depois de enfrentar quatro invernos de guerra, a perspectiva de um quinto parecia insuportável. Alguns dados são reveladores: nos últimos anos da guerra, a mortalidade infantil dobrou; a mortalidade entre as mulheres aumentou para 11,5% em 1916 e para 30,4% em 1917; a mortalidade entre os idosos em 1918 era 33% mais alta que em 1914; foi estimado que 762 mil civis morreram durante o conflito por desnutrição e enfermidades. Na aliada Áustria a situação não era diferente: em Viena, o peso médio das crianças de nove anos baixou de trinta para 22,8 quilos; na capital do Império Austro-Húngaro eram agora consumidos apenas 70 mil litros de leite por dia, ante os 900 mil consumidos antes da guerra (ENGLUND, 2014, p. 429).

Em 1918, na Alemanha, brigas em filas de pão estavam se transformando em tumultos e os tumultos em grandes greves. Já em agosto de 1917, as tripulações navais de Wilhelmshaven, entediadas e famintas, explodiram num motim manifesto. Em janeiro de 1918, greves importantes e prolongadas irromperam em Kiel e Berlim, e a lei marcial teve de ser declarada em Hamburgo e Brandenburgo. Em três semanas, em outubro de 1918, foram aprovadas às pressas reformas constitucionais a que o kaiser e o exército tinham resistido no meio século anterior: o Reichstag foi transformado em um corpo soberano, eleito em sufrágio universal pelo voto secreto, com todos os ministros do governo responsáveis perante o parlamento, inclusive o ministro da guerra; Guilherme II, o Supremo Senhor da Guerra, viu-se reduzido ao status de um monarca constitucional tal qual seu primo inglês. Mas essas reformas chegaram tarde demais. O povo alemão vinha sofrendo privações cada vez maiores e nos últimos tempos quase intoleráveis, com a crença de que seus exércitos tinham sido e continuavam sendo vitoriosos em toda parte. Com a revelação de que estavam à beira do colapso, toda a confiança no regime desapareceu. Em 29 de outubro, algumas tripulações navais se amotinaram e em uma semana o motim havia se espalhado como revolução por todas as grandes cidades da Alemanha. Os escalões da retaguarda do exército se amotinaram e tomaram as travessias sobre o Reno. Em 9 de novembro o kaiser foi informado de que ele já não dispunha da confiança do exército e foi enviado para o exílio na Holanda. Em Berlim os líderes do Partido Social-Democrata, Philipp Scheidemann e Friedrich Ebert, proclamaram a república, receberam o apoio do exército contra qualquer ameaça de revolução e montaram uma delegação para se encontrar com as lideranças aliadas e solicitar o armistício aos Aliados (HOWARD, 2011, p. 119, 132 e 133).

A respeito da renúncia do kaiser Guilherme II, Miranda Carter nos oferece detalhes que beiram o trágico se a vemos pelo prisma de seu apego às tradições da realeza ou, ao cômico se nos atentarmos para sua miopia em relação aos desdobramentos da crise. Em 4 de novembro de 1918 os marinheiros se amotinaram em Kiel exigindo novas reformas políticas e afastamento da família real. Revoltas de trabalhadores se espalharam por toda

a Alemanha. Uma greve geral foi deflagrada em Berlim. Os revoltosos ameaçavam levantar barricadas se o kaiser não abdicasse. O Reichstag estava apavorado com a eventualidade de que conselhos operários assumissem o controle do país como acontecera um ano antes na Rússia. Ainda assim Guilherme não desistia. No dia 9 de novembro o ministro da guerra disse-lhe que se houvesse uma guerra civil o exército não lutaria por ele e que ele deveria abdicar. Durante o almoço, Guilherme, de olhar perdido, mordida os lábios. Disse que abdicaria como imperador mas permaneceria como rei da Prússia e mandou alguém providenciar os papéis. Meia hora depois já estava se perguntando se realmente precisava abdicar. Chegou a notícia de que o chanceler Max von Baden perdera a paciência. Estando Berlim à beira de um pandemônio e os dois telefones do kaiser ocupados, ele anunciou que Guilherme e o filho mais velho renunciavam ao trono, e em seguida renunciou também, entregando o poder ao líder dos social-democratas no Reichstag, Frederick Ebert. Ao receber a notícia, Guilherme protestou perante o fato consumado: “Traição, traição, que traição infame e vergonhosa!” (CARTER, 2013, p. 504).

No ano anterior, na Rússia, os acontecimentos também haviam fugido ao controle. Como assinala Miranda Carter (2013, p. 486-488), em fevereiro de 1917 Petrogrado (hoje São Petersburgo) era um fervilhante foco de raiva e desespero. Na capital do Império Russo não havia alimentos nem combustíveis para abastecer a população. A falta de combustíveis paralisara a indústria em dezembro de 1916. Em janeiro de 1917, 150 mil pessoas marcharam pela capital, assustadas com os boatos de que a população morreria de fome. A rede ferroviária não conseguia atender às exigências da frente de guerra nem atender à população civil. A temperatura chegava a 35 graus negativos. Segundo um relatório secreto da polícia, as crianças passavam fome no sentido mais literal da expressão. Os preços de certos alimentos haviam mais que quadruplicado desde 1914, como era o caso dos ovos. No dia 8 de março de 1917 um grupo de operários têxteis enfurecidos marchou pela Nevsky Propeskt, a principal avenida de Petrogrado, exigindo pão. Multidões aderiram, descendo às ruas. Em questão de poucos dias reinava a anarquia. A 10 de março, a maioria dos trabalhadores estava em

greve, os bondes tinham parado de circular e os jornais não eram impressos. O Conselho de Ministros mandou um telegrama ao czar implorando para que ele retornasse a Petrogrado.

No quartel-general do exército, na Bielorrússia, Nicolau II insistia em que os distúrbios não eram graves. Enviou então um telegrama ao governador militar de Petrogrado ordenando que fizesse as desordens pararem imediatamente. No dia seguinte, 11 de março, duzentas pessoas foram abatidas pelos soldados, que, no entanto, não conseguiram dispersar a multidão. Alguns regimentos começaram a se recusar a atirar em civis, retirando-se para os quartéis. A 12 de março, as guarnições de Petrogrado se amotinaram, aderindo à revolução. Nessa noite o Conselho de Ministros transferiu-se para a Duma (parlamento russo criado 1906) e entregou-lhe seus poderes. A Duma anunciou então que formaria um governo e que os trabalhadores e soldados seriam representados por um Soviete. As comemorações nas ruas de Petrogrado foram enormes. Várias unidades fuzilaram os oficiais de comando. Os últimos soldados abandonaram a defesa do Palácio de Inverno. Nicolau decide então retornar a Petrogrado mas a caminho seus próprios oficiais o sequestram, conduzem-no por uma linha secundária e dizem-lhe que devia renunciar. O novo governo provisório também entendia que a abdicação do czar era necessária para estabilizar a situação. Em 15 de março o czar abdica em seu nome e também em nome de seu filho Alexis. Também seu irmão menor, Miguel, novo herdeiro do trono, assustado com as multidões nas ruas, abdica. Em seu diário Nicolau anota: “Tudo em mim é traição, covardia e fraude”. Em outubro de 1917 acontece a revolução bolchevique e, em julho de 1918, o czar e sua família são fuzilados em Ecaterimburgo, nos Urais, por ordem de Lênin.

Se a situação da Alemanha na guerra no início de 1918 era difícil, a situação da Rússia era desesperadora. O lema dos bolcheviques, quando da tomada do poder na Rússia, era pão, terra e paz. Tão logo conquistaram o poder, procuraram uma forma de estabelecer um acordo de paz com a Alemanha. Mas, como Lênin sempre acreditara que o primeiro país a ser conquistado no processo de expansão da revolução fosse a Alemanha, respondendo ao apelo de Marx e Engels no século anterior pela união dos

proletários do mundo e como esta última também se encontrava em uma grave crise, procurou postergar enquanto pôde o momento do pedido do armistício na expectativa de que a crise provocada pela guerra levasse à revolução também ali. Nesse ínterim os exércitos alemães avançaram praticamente sem resistência, entrando na Finlândia e na Rússia ocidental e também na Ucrânia até chegar ao Cáucaso e à Crimeia. Quando os russos se renderam, em março de 1918, tiveram de ceder a todos as imposições da Alemanha. Pelo tratado de Brest-Litovsk, os alemães ficavam com a Polônia, a Bielorrússia, a Finlândia, os países bálticos, a Ucrânia, a Criméia e a maior parte do Cáucaso (que passou a fazer parte do Império Otomano), mais de um milhão e meio de quilômetros de território russo contendo praticamente todos seus recursos de carvão e petróleo, cinquenta por cento de sua indústria pesada e um terço de sua população, além de se comprometer a pagar grandes somas como reparações de guerra.

Os alemães, no entanto, não tardariam por esperar. Em 11 de novembro de 1918 tiveram de assinar com os Aliados um armistício com condições que consideravam extremamente desfavoráveis. Aliás, é digno de nota de que o Tratado de Versalhes é sempre lembrado por seu caráter punitivo em relação à Alemanha, mas poucos são aqueles que se lembram de que apenas alguns meses antes a própria Alemanha impôs aos russos um tratado da mesma natureza. As condições do armistício previam que todo o território belga e francês deveria ser desocupado em quatorze dias; que os Aliados deveriam ocupar todo o território alemão à margem esquerda do Reno e uma faixa de dez quilômetros na margem direita; que todo o território conquistado na Europa oriental desde 1914 deveria ser cedido; que grande quantidade de material de guerra devia ser entregue, inclusive a maior parte da frota e todos os submarinos.

Após o armistício, as negociações de paz se iniciaram em janeiro de 1919 e redundaram no Tratado de Versalhes, que foi assinado pelo ministro do exterior alemão no final de junho e ratificado pela Liga das Nações em janeiro de 1920. Principalmente devido às pressões da França, que desejava o enfraquecimento da Alemanha, para eliminar no futuro a ameaça que ela até então representara, o tratado previa para ela perdas territoriais, exigência de

que se desarmasse, que entregasse suas colônias de ultramar e pagasse pesadas reparações de guerra. O exército alemão ficava reduzido a cem mil homens e privado de armas pesadas como tanques. Seu Estado-Maior seria dissolvido; sua força aérea, abolida; sua construção naval limitada a navios de menos de cem mil toneladas. As imposições aos alemães vencidos eram tão severas que o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que participara da conferência de paz de Versalhes pela delegação britânica, escreveu à época um livro intitulado *As consequências econômicas da paz* (1919) em que denunciava, de uma forma premonitória, o efeito do tratamento dispensado aos alemães no comprometimento da estabilidade e da paz na Europa em um futuro que prometia não ser longo.

Uma semana depois do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, a 5 de julho de 1914, o embaixador austríaco procurou o kaiser Guilherme II com uma carta confidencial de seu imperador, Francisco José, afirmando que se havia estabelecido uma ligação do assassinato com uma conspiração organizada pelo governo Sérvio e que a Sérvia devia ser “eliminada”. A carta pedia o apoio da Alemanha. A dedução era de que a Áustria lançaria uma rápida guerra para punir a Sérvia, enquanto a Europa desfrutava suas férias de verão. Tudo estaria terminado antes que alguém pudesse queixar-se. O papel da Alemanha seria assegurar-se de que nenhuma outra potência se sentisse tentada a se envolver. Assinalando que uma iniciativa contra a Sérvia poderia “provocar uma grave complicação europeia”, Guilherme hesitou, mas em seguida disse ao embaixador austríaco que a Áustria podia contar com pleno apoio da Alemanha contra a Sérvia, ainda que a guerra ameaçasse disseminar-se, mas que a Áustria deveria agir com rapidez. Seu chanceler, Bethmann-Hollweg, foi convocado e concordou inteiramente. Depois de narrar estes fatos, Miranda Carter se pergunta por que teriam concordado e considera que o que aparentemente os convenceu a ambos foi a percepção de que qualquer guerra seria rápida e localizada, uma pequena guerra da qual a Alemanha não participasse efetivamente. Mas sempre havia um risco. De qualquer modo, depois de tomar tal decisão, Guilherme partiu, no dia seguinte, para sua viagem anual de iate pelo litoral da Noruega (CARTER, 2013, p. 441-442).

Seis meses depois, ao final de 1914, a guerra havia extrapolado os Bálcãs e se generalizado na Europa. Nas frentes de batalha, ninguém tinha condições de impor ao inimigo derrotas decisivas. Assim, “a guerra curta para a qual os exércitos da Europa tinham se preparado nos quarenta anos anteriores estava finda, mas ninguém havia vencido” (HOWARD, 2011, p. 56). E a guerra continua.

Esta longa guerra deixou marcas profundas em seus sobreviventes. A vida nas trincheiras, os bombardeios, as horríveis máscaras contra gases letais não podiam ser facilmente esquecidos. No entanto, os sobreviventes das trincheiras não se tornaram pacifistas como uma visão mais humanista por nós pretendida poderia esperar:

Apegaram-se às lembranças de quatro anos de vida nas trincheiras como se fossem um critério objetivo para a criação de uma nova elite. Nem cederam à tentação de idealizar esse passado; pelo contrário, os adoradores da guerra eram os primeiros a admitir que, na era da máquina, a guerra certamente não podia gerar virtudes como o cavalheirismo, a coragem, a honra e a hombridade, mas apenas impunha ao homem a experiência da destruição pura e simples, juntamente com a humilhação de serem apenas peças da grande máquina da carnificina (ARENDETT, 1989, p. 378).

Esta vivência da guerra e das trincheiras, mais do que os resultados do Tratado de Versalhes ou a crise do entre guerras, é que fizeram da Primeira Guerra um evento fundador para o século XX. Embora este século ainda tão próximo de nós não seja só de sofrimento e dor, seguiram-se outra guerra mundial e o surgimento de regimes inéditos como o comunismo soviético e o nazismo, com suas visões radicais de uma sociedade e um homem novo a serem criados a partir dos escombros da sociedade antiga. Sociedades com seus cultos à liderança e líderes ao mesmo tempo brutais e carismáticos, que desprezam a democracia, que instituem a vigilância, a delação, o terror, a ideologia e a doutrinação incessantes. Sociedades de seres

humanos atomizados e desumanizados para quem o coletivo, o Estado e o Partido são tudo e cada pessoa individualmente nada.

O soldado Reginald Haine, do 1º Batalhão de Infantaria, Honorável Companhia de Artilharia, do exército britânico, se lembra do dia 18 de setembro de 1914 quando de seu embarque para o front:

Chegamos a Southampton à noite e embarcamos para o front logo em seguida. Bem, foi assim que tudo começou. Acho que eu nutria a mesma opinião de todos: ‘Vai acabar no Natal, e você tem de ir logo, pois, do contrário, não vai ver nem brisa de guerra’. Na verdade, não sei se essa era mesmo minha opinião ou era o que tudo mundo estava dizendo – acho que era isso (*Vozes esquecidas...*, 2011, p. 59).

A guerra que era para ser breve se transformou num conflito mundial cuja duração ninguém pudera prever. Para os contemporâneos, uma guerra interminável.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BLOCH, Marc. Souvenirs de guerre, 1914-1915. In: _____. *L’histoire, la guerre, la résistance*. Paris: Gallimard, 2006.
- CARTER, Miranda. *Os três imperadores: três primos, três impérios e o caminho para a Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- ENGLUND, Peter. *A beleza e a dor: uma história íntima da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Fernanda S. Akesson. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOWARD, Michael. *Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: LP&M, 2011.
- Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial: uma nova história contada por homens e mulheres que vivenciaram o primeiro grande conflito do século XX/ [compilado por] Max Arthur; em associação com o Museu Imperial de Guerra*. Tradução de Marco Antônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.